

CONVITE N.º 11/2018
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 57/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3182/2018

O Município de Cedral, pessoa jurídica de Direito Público interno, representada por seu Prefeito, Paulo Ricardo Beolchi de Lucas, torna público, para conhecimento de todos os interessados que realizará Licitação na modalidade **CONVITE, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, regendo-se pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como pelo estabelecido neste Edital.

1 – DO OBJETO.

1.1 – CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E PEQUENOS REPAROS DE REDE ELÉTRICA, PARA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS conforme especificações constantes no anexo I deste edital.

2 – DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1 – A despesa com o objeto especificado no item I onerará a seguinte dotação do exercício de 2018:

- Nota de Reserva Orçamentária n.º 4837, Ficha n.º 263, Unidade: 021500 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO, Funcional: 04.122.0003.0048.0000 MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL, Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, Código de Aplicação: 110 000, Fonte de Recurso: 0 0100.

3 – DO SUPORTE LEGAL.

3.1 – Esta licitação será regida pelas condições especiais constantes deste Edital, e gerais dispostos na legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1.993 e alterações posteriores.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

4.1 – Poderão participar todas as pessoas jurídicas que estiverem de acordo com o presente edital.

4.2 – Não será admitida a participação neste certame das seguintes pessoas jurídicas:

1 – em consórcio;

2 – que estejam em recuperação judicial¹ (exceto as que apresentarem o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor) ou extrajudicial,

3 – as elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

4 – suspensas de licitar com o Município de Cedral ou declaradas inidôneas, nos termos dos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02; e,

6 – que não estejam em consonância com as disposições do Código Civil de 2002, a teor do seu artigo 2031.

4.3 – Os benefícios do Decreto Federal nº 8.538/15, referente às microempresas/empresas de pequeno porte/sociedades cooperativas de consumo/microempreendedor individual, serão concedidos de forma exclusiva, podendo participar do certame somente as pessoas jurídicas assim declaradas de acordo com o Decreto Federal aqui mencionado.

5 – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA.

5.1 – A Comissão Julgadora de Licitação receberá os envelopes contendo os documentos de Habilitação e Proposta, no Setor de Licitações, na Avenida Antonio dos Santos Galante, n.º 429, Centro, Cedral/SP, até o dia **26/11/2018 às 14:00 horas.**

6 – DOS PRAZOS E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1 – O prazo de vigência contratual e da prestação dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos da Lei Federal nº

¹ SÚMULA Nº 50 do TCE/SP- Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

8.666/93, desde que acordado pelas partes.

6.2 – Os serviços deverão ser prestados conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

7 – DO CREDENCIAMENTO/DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DEMAIS PROCEDIMENTOS.

7.1 – Na data e horário estabelecidos para a sessão de abertura desta Licitação, a Comissão de Licitação dará início aos trabalhos.

7.2 – A proponente poderá se fazer representar na reunião de abertura dos envelopes das seguintes formas:

- a) – Por pessoa devidamente credenciada, conforme modelo constante no Anexo IV, acompanhado da cópia autenticada do contrato social ou instrumento legal;
- b) – Mediante instrumento de procuração com poderes para participação, inclusive para impetrar ou desistir de eventuais recursos juntamente com cópia autenticada do contrato social ou instrumento legal; ou
- c) – Cópia autenticada do contrato social quando se tratar de sócio/representante legal.

7.2.1 – A pessoa jurídica participante, MICROEMPRESAS/EMPRESAS DE PEQUENO PORTE/MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS/SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO, para o credenciamento, também deverá apresentar, sob pena não credenciar:

a) – **Declaração sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, de acordo com o artigo 13, §2º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que deverá ser assinada por seu representante legal, conforme Anexo VI do edital.**

7.3 – O instrumento de procuração/credenciamento deverá ser entregue à Comissão Julgadora de Licitação no ato do protocolo dos envelopes.

7.4 – O envelope com os documentos de Habilitação deverá seguir o constante no Anexo II do edital e o envelope contendo a proposta deverá seguir o constante no Anexo III, e deverão ser entregues até o prazo estipulado, identificados conforme abaixo:

Município de Cedral Nome da pessoa jurídica: Endereço: CNPJ: CONVITE N.º 11/2018 Envelope N.º 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Município de Cedral Nome da pessoa jurídica: Endereço: CNPJ: CONVITE N.º 11/2018 Envelope N.º 2 – PROPOSTA
--	---

7.5 – Só poderá participar da licitação pessoa jurídica cuja descrição da atividade econômica e objeto social atendam ao objeto do certame.

7.6 – Quando for apresentado documento digital, onde a autenticação e veracidade da informação deva ser verificada em sites específicos, as pessoas jurídicas devem sempre portar o original ou uma cópia autenticada, para que caso haja problemas com o site ou incompatibilidade de informações, os documentos possam ser averiguados.

7.7 – Quando os licitantes optarem por autenticação de documento do credenciamento através de servidor público, deverá ocorrer da seguinte forma:

1 – Deverão ser apresentados na Seção de Licitações, localizada no Prédio Sede da Prefeitura, na Avenida Antônio dos Santos Galante, 429, Centro, CEP 15895-000 as cópias simples para serem autenticadas, juntamente com o documento original, com até 2 dias úteis de antecedência da sessão do certame, visto que não haverá autenticação fora do prazo estabelecido.

2 – O Município de Cedral, não fará fotocópias dos documentos que deverão ser autenticados por servidor

público, devendo os licitantes já trazerem a referidas cópias simples para serem conferidas com o documento original e posteriormente autenticadas.

8 – PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTA.

8.1 – O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

9 – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO.

9.1 – Será declarada habilitada a pessoa jurídica que cumprir as exigências do presente Edital cuja descrição da atividade econômica e objeto social atendam ao objeto do certame.

10 – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA.

10.1 – O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, e caso haja empate entre duas ou mais propostas, será procedido sorteio da mesma sessão pública.

11 – DOS RECURSOS.

11.1 – Aos interessados caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

12 – DO PRAZO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO.

12.1 – A pessoa jurídica vencedora do presente certame será notificada para assinatura do contrato, devendo comparecer em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

12.2 – O não cumprimento das condições dispostas nesta cláusula ou o não comparecimento para assinatura do contrato dentro do prazo fixado na notificação ou a prática de qualquer ato por parte da pessoa jurídica vencedora, que inviabilize a contratação, implicará em sua automática desclassificação, ficando a mesma impedida de participar de futuras Licitações, sujeitando-se, ainda, às sanções conforme disposto no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

13 – FORMA DE PAGAMENTO.

13.1 – O pagamento será efetuado mensalmente, em até 28 (vinte e oito) dias, após a emissão de nota fiscal/documento equivalente, que deverá conter o número da licitação, bem como estar acompanhada dos comprovantes de todas as suas obrigações tributárias e encargos trabalhistas e sociais, sendo que se cabível serão retidos os valores correspondentes à quitação da Seguridade Social (I.N.S.S.).

14 – DA RECOMPOSIÇÃO E REAJUSTE DE PREÇOS

14.1 – Não haverá recomposição e reajuste de preços (que poderá ocorrer a cada período de 12 (doze) meses), exceto para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que devidamente comprovado e aceito pela outra parte.

14.2 – O contrato poderá ser reajustado após 12 (doze) meses, sendo o marco inicial para o cômputo de reajuste a data base da Proposta, utilizando como parâmetro o índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, caso não haja outro específico.

14.3 – Se o índice estabelecido para reajustamento vier a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.4 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

14.5 – Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços, bem como referente ao valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15 – ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÕES.

15.1 – As dúvidas surgidas na aplicação do presente Edital, bem como os casos omissos serão resolvidas pela Comissão Julgadora de Licitação.

15.2 – Os pedidos de esclarecimentos/impugnações, deverão ser solicitados por escrito, e encaminhados ao Município de Cedral, aos cuidados da Comissão Julgadora de Licitação, por e-mail: licitacao@cedral.sp.gov.br; de acordo com o disposto no artigo 41 da Lei nº 8.666/93.

15.3 – Não sendo formulado nenhum pedido de esclarecimento pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação dos Documentos de Habilitação e Proposta, não cabendo, portanto, às empresas proponentes, direito a qualquer reclamação posterior.

15.4 – As interpretações, correções e/ou alterações elaboradas serão comunicadas, por escrito, a todas as empresas

que tiverem adquirido o Edital ou através de divulgação conforme texto original, em forma de aditamento, do qual passarão a fazer parte integrante, observadas as condições do parágrafo 4º, do artigo 21 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

15.5 – Somente terão valor as interpretações, correções e/ou alterações escritas, fornecidas pela Comissão Julgadora de Licitação.

15.6 – Os envelopes das empresas não habilitadas/desclassificadas serão devolvidos e caso não sejam retirados serão inutilizados em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do encerramento da licitação

16 – DA HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO.

16.1 – A homologação/adjudicação deste Convite será feito pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

17 – DISPOSIÇÕES GERAIS.

17.1 – Não serão aceitas as propostas que não atenderem a todas as especificações contidas neste Edital, ou que ofereçam vantagens ou descontos que nele não estejam previstos.

17.2 – O poder público tem o direito de recusar todas as propostas ou ainda, homologar parcialmente o objeto desta, sem que caiba ressarcimento de qualquer espécie.

17.3 – Uma vez iniciada a abertura das propostas, não serão admitidas quaisquer retificações, nem juntada de documentos que possam influir no resultado da licitação.

17.4 – Em qualquer fase do certame, a Comissão Julgadora de Licitação poderá solicitar, a seu juízo, explicações e ou comprovações que julgar necessário, junto aos participantes do certame.

17.5 – A pessoa jurídica vencedora deste certame será a única responsável por eventuais danos ou acidentes que vier a causar a terceiros, bem como por todos os encargos e despesas trabalhistas.

17.6 – Em caso de inexecução total ou parcial do contrato serão aplicadas as seguintes sanções, sem prejuízo de outras cabíveis em lei, especialmente a Lei nº 8.666/93:

a) – **Multa** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência total ou parcial do Contrato;

b) – **Suspensão do direito de licitar** e de contratar com o Município pelo prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria municipalidade; e,

c) – **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar com o Município em função da natureza e gravidade da falta cometida ou em caso de reincidência.

17.8 – São anexos do Edital:

I – Memorial descritivo;

II – Relação dos Documentos de Habilitação;

III – Forma de Elaboração da Proposta;

IV – Modelo de referencial de Credencial;

V – Modelo de Declaração expressa que a pessoa jurídica não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, exceto, emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz;

VI – Modelo Referencial de Declaração de Enquadramento na situação de “ME” ou “EPP”;

VII – Minuta do Contrato.

19.9 – Para o conhecimento público, expede-se o presente Edital, cumprindo-se os Termos da Lei nº 8.666/93.

Prefeitura Municipal de Cedral, 19 de novembro de 2018; 88.º Ano de Emancipação Político-Administrativa.

PAULO RICARDO BEOLCHI DE LUCAS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEDRAL/SP

CONVITE N.º 11/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3182/2018

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Justificativa: Visto que no quadro de funcionários não possui nenhum profissional qualificado na área.

Descrição dos serviços: manutenção, instalação e pequenos reparos de rede elétrica, para Prestação de Diversos Serviços nos prédios públicos, assim como:

- Verificação dos quadros de distribuição de energia dos prédios;
- Conferencia do funcionamento do sistema de iluminação dos prédios;
- Atendimento às demandas de instalação/manutenção elétrica predial;
- Possuir conhecimento dos serviços em cabeamento estruturado;
- Trabalhar mediante as orientações técnicas do engenheiro;
- Seguir as normas de segurança e código de ética da empresa;
- Manter atualizada a planta de distribuição dos pontos telefônicos;
- Distribuição de cabos para atendimento a ampliações e mudanças da rede física de telefonia e rede elétrica.

Principais serviços: Manutenção corretiva e novas instalações elétricas, interruptores, tomadas, lâmpadas, receptáculos, luminárias em geral, refletores em geral, reatores, ventiladores de teto e parede, rele fotoelétrico, contactores, disjuntores, passagem de cabos telefônicos, lógicos, chuveiros elétricos e quadros de distribuição. Assistência básica (suporte) nos eventos realizados pela Prefeitura e manutenção básica das Praças Municipais, Instalações elétricas a fins de decoração em datas comemorativas, de acordo com a necessidade no Município, ficando a empresa à disposição da administração para atendimentos emergenciais, dentro dos serviços prestados, no prazo máximo de 1 (uma) hora, visto que existem serviços que não podem ser paralisados em decorrência de eventuais problemas elétricos, independente de dia e hora de acordo com a necessidade.

Dos Locais: Prédios Públicos e repartições públicas municipais:

LOCAIS	ENDEREÇOS
Paço Municipal	Avenida Antônio dos Santos Galante, n.º 429, Centro.
Praça de Alimentação Roberto Pulice	Avenida Antônio dos Santos Galante, n.º 441, Centro
Rodoviária Durval Domingues da Silva	Av. Antônio dos Santos Galante, Centro
CRAS – Centro de Referencia de Assistência Social	Av. Antônio dos Santos Galante, n.º 14, Centro
Fundo Social de Solidariedade	Rua Felipe Scarpelli, s/n.º, Centro
Conselho Tutelar	Avenida Carlos Gomes, n.º 90, Centro

Vigilância Sanitária e epidemiológica	Av. Coronel Silvério da Cunha Lacerda, n° 77, Centro
Coordenadoria Municipal de Saúde	Av. Coronel Silvério da Cunha Lacerda, n° 77, Centro
Unidade Básica Saúde da Família Dr Benito Malzone,	Av. Coronel Silvério da Cunha Lacerda, n° 54, Centro
Estratégia de Saúde da Família Rafael Campagna	Av. Heitor Lucato, n° 520, Jardim Galante
Unidade Básica Dr. Nagib Buissa	Av. Heitor Lucato, Sem número, Jardim Galante
Unidade de agentes de controle de endemias	Avenida Luis Zelioli, n.º 90, Centro
Centro de Reabilitação e Promoção em Saúde Dr Lineu Omar Scavazza	Rua Coronel Severiano Vicente Ferreira, sem número, Centro
Centro de Convivência do Idoso (CCI) (1)	Rua Virgílio Polli, esquina com a Rua Avelino Parro, n°191, Residencial São Luiz
Centro de Convivência do Idoso (CCI) (2)	Rua Arthur Marinelli, sem número, Jardim Galante
Projeto Espaço Vida (1)	Av. Manoel da Silva, n° 342, Estância das Paineiras, Nova Cedral
Projeto Espaço Vida (2)	Rua Guilherme Buosi, s/n.º , Centro
CEMEI Santo Antônio	Rua Eduardo Alves Ferreira, n° 243, Centro
CEMEI Bortoluzzo	Rua A, n.º 116
Creche Jardim do Cedro	Rua das Aroeiras, s/ n°, Jardim do Cedro
EMEI Prefeito Irineo Beolchi	Avenida Pinheiro Machado, n° 11, Centro
EMEF Profa Lucia Novaes Brandão (1 e 2)	Rua Felício Botino, n° 529, Centro
Ganha Tempo Cedral (todas as repartições)	Avenida Antonio de Oliveira Jordão. N.º 39, Centro
COMAS – Coordenadoria Municipal de Assistência Social	Avenida Antonio de Oliveira Jordão. N.º 39, Centro
Quadra de Esportes e Bocha Julio Cesar Scavazza	Rua Felício Botino, Centro
Ginásio Municipal de Esportes Heider Bento Baldassi	Av. Maurício Costa, esquina com a Rua Eduardo Alves Ferreira, Sem número, Centro
Cozinha Piloto	Rua Eduardo Alves Ferreira, 223, Centro
Garagem Municipal	Rua Felício Botino, sem número, Centro
Coordenadoria de Obras e Serviços	Av. Antônio dos Santos Galante, Centro
Residência Terapêutica	Rua José Antonio Bortoluzzo, n.º , Estancia das Paineiras
entre outros.	

Serviços não incluídos: Grandes instalações elétricas, como festas de grandes proporções, Manutenção e/ou instalação de rede elétrica e sistema de iluminação de Ruas, Avenidas e Praças, assim como novas construções e estrutura elétrica para ar condicionado.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL
1	Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em manutenção, instalação e pequenos reparos de rede elétrica, para Prestação de Diversos Serviços nos prédios públicos por 12 meses.	R\$ 3.648,33 (três mil seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos)	R\$ 43.780,00 (quarenta e três mil setecentos e oitenta reais)

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, em até 28 (vinte e oito) dias, após emissão de nota fiscal/documento equivalente, que deverá conter o número da licitação, bem como estar acompanhada dos comprovantes de todas as suas obrigações tributárias e encargos trabalhistas e sociais, sendo que se cabível serão retidos os valores correspondentes à quitação da Seguridade Social (I.N.S.S.).

Será de obrigação da empresa contratada arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes do cumprimento do contrato, bem como, o Município se isenta de qualquer vínculo empregatício.

CONVITE N.º 11/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3182/2018

A N E X O II – RELACÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ENVELOPE 1 – DOCUMENTAÇÃO deverá conter:

1) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) **Em se tratando de empresário individual**, registro na Junta Comercial;
- b) **Em caso de sociedade empresária**, ato constitutivo registrado na Junta Comercial, bem como alterações contratuais que constem o nome do administrador ou ato separado de sua designação e, em sendo sociedade anônima, acompanhada de documento de eleição de seus atuais administradores. Fica facultada a apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial, em substituição aos documentos anteriores mencionados, contendo resumo das disposições do ato constitutivo e suas alterações que estejam em vigor.
- c) **Em caso de sociedade simples**, inscrição do ato constitutivo no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, acompanhado da prova de quem exerce sua administração; e,
- d) **decreto de autorização, em se tratando de pessoa jurídica ou sociedade estrangeira em funcionamento no País**.

1.1 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

2) – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 2.1 – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- 2.2 – prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (INSS);
- 2.3 – prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- 2.4 – prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- 2.5 – prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.6 – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#)².

2.7 – DA COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL PELAS MICROEMPRESAS/EMPRESAS DE PEQUENO PORTE/MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS/SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO.

- 2.7.1 – As microempresas/empresas de pequeno porte/microempreendedores individuais/sociedades cooperativas de consumo, caso sejam vencedoras do certame, apenas apresentarão a documentação relativa à regularidade fiscal para efeitos de assinatura de contrato.
- 2.7.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá após a notificação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 2.7.3 – A não-regularização da documentação, no prazo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1 – Certidão negativa de falência/ recuperação judicial (exceto se for apresentado o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com

² Incluída pela [Lei nº 12.440 de 7 de julho de 2011](#).

data não superior a 60 (sessenta) dias da data da apresentação das propostas; e,

4 – OUTROS DOCUMENTOS

4.1 – Declaração expressa da proponente conforme modelo do Anexo V, de acordo com o disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, exceto, emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

5 – OBSERVAÇÕES

5.1 – Todos os documentos acima citados deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada, e **Quando os licitantes optarem por autenticação de documento da habilitação através de servidor público, deverá ocorrer da seguinte forma:**

1 – Deverão ser apresentados na Seção de Licitações, localizada no Prédio Sede da Prefeitura, na Avenida Antônio dos Santos Galante, 429, Centro, CEP 15895-000 as cópias simples para serem autenticadas, juntamente com o documento original, com até 2 dias úteis de antecedência da sessão do certame, visto que não haverá autenticação fora do prazo estabelecido.

2 – O Município de Cedral, não fará fotocópias dos documentos que deverão ser autenticados por servidor público, devendo os licitantes já trazerem a referidas cópias simples para serem conferidas com o documento original e posteriormente autenticadas.

5.2 – Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente referentes ao mesmo CNPJ apresentado para a proposta, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais; e,

5.3 – As certidões deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão, considerar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias da data de emissão.

CONVITE N.º 11/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3182/2018

A N E X O III – FORMA DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

ENVELOPE 2 - PROPOSTA COMERCIAL.

1 - O envelope 2 deverá conter a planilha abaixo devidamente preenchida:

DADOS DO LICITANTE		
Proponente:		
CNPJ		
Endereço: Rua/Avenida, nº, Bairro, CEP, Cidade/Estado		
CEP:	FONE:	FAX:
E-mail:		
Responsável para assinatura do Contrato:		
Nome:		
Nacionalidade:		
Estado Civil:		
Profissão:		
Data de Nascimento		
RG:		
CPF:		
Endereço: Rua/Avenida, nº, Bairro, CEP, Cidade/Estado:		
Dados Bancário da pessoa jurídica		
Banco:		
Agência:		
Conta:		

2 – A proposta deverá obedecer aos seguintes critérios:

2.1 – A proposta deverá ser entregue digitada ou impressa em papel timbrado da proponente, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, assinada por representante legal da pessoa jurídica, devendo ser feita conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR GLOBAL ESTIMADO
1	Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em manutenção, instalação e pequenos reparos de rede elétrica, para Prestação de Diversos Serviços nos prédios públicos por 12 meses.	R\$ 3.648,33 (três mil seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos)	R\$ 43.780,00 (quarenta e três mil setecentos e oitenta reais)

- 2.1.1 – Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, devendo constar, o valor unitário e valor total, podendo ser utilizado até duas casas decimais após a vírgula.
- 2.1.2 – Incluir todas as despesas e custos relativos à execução do objeto licitado, incluídos os trabalhistas e sociais, de acordo com a Súmula 10³ do TCE/SP.
- 2.2 – É de inteira responsabilidade do ofertante o preço e demais condições apresentadas.
- 2.3 – No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.
- 2.4 – O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.
- 2.5 – Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.
- 2.6 – Serão rejeitadas as propostas que:
- 2.6.1 – Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação;
- 2.6.2 – Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o Edital.
- 2.7 – A apresentação da proposta comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital.
- 2.8 – A Comissão Julgadora de Licitação poderá solicitar para melhor avaliação, detalhamento das condições de preços unitários que demonstrem a viabilidade técnica e econômica dos valores propostos para os serviços.
- 2.9 – O critério de julgamento da proposta será do tipo menor preço global.

³ Súmula nº 10: O preço final do produto ofertado pelos proponentes deve incluir os tributos e demais encargos a serem suportados pelo ofertante.

CONVITE N.º 11/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3182/2018

ANEXO IV
MODELO DE CREDENCIAL

Prezados Senhores:

A pessoa jurídica _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, sito à _____, neste ato representada por _____, nacionalidade, estado civil, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito (a) no CPF sob nº _____, **CRENCIA** o(a) Sr.(a) _____, nacionalidade, estado civil, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito (a) no CPF sob nº _____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____, sito à _____, portador(a) da Cédula de Identidade R.G. nº _____ e inscrito no C.P.F. sob nº _____, para representar-nos, no ato de abertura dos Envelopes “1” - Documentação e “2” - Proposta Comercial, referente ao Processo Licitatório acima citado, podendo para tanto praticar todos os atos necessários para o fiel cumprimento deste credenciamento, bem como, estando investido de poderes para impetrar e desistir de eventuais recursos.

.....

(data)

.....

(representante legal)

CONVITE N.º 11/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3182/2018

A N E X O V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, sito à _____, neste ato representada por _____, nacionalidade, estado civil, portador(a) da Carteira de Identidade nº ____ e inscrito (a) no CPF sob nº._____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

CONVITE N.º 11/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3182/2018

ANEXO VI

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA SITUAÇÃO DE
MICROEMPRESAS/EMPRESAS DE PEQUENO PORTE/MICROEMPREENDEDORES
INDIVIDUAIS/SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO

A _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal ____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da cédula de identidade RG nº e inscrito no CPF sob nº ____, Declara sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [art. 42](#) ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, de acordo com o artigo 13, §2º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

_____, _____ de _____ de _____.

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA)

CONVITE N.º 11/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3182/201
ANEXO VII
CONTRATO N.º /2018.
CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E
PEQUENOS REPAROS DE REDE ELÉTRICA, PARA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS
NOS PRÉDIOS PÚBLICOS

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

O **MUNICÍPIO DE CEDRAL - SP**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 45.093.663/0001-36, com sede à Avenida Antônio dos Santos Galante n.º 429, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Paulo Ricardo Beolchi de Lucas, brasileiro, casado, portador do RG n.º 8.384.343-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob n.º 077.503.008-21, residente e domiciliado à Avenida Luiz de Mello, n.º 395, Estância das Paineiras, Nova Cedral, Cedral/SP, CEP 15.895-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a pessoa jurídica qualificação completa, representada por (qualificação completa), doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato decorrente de processo de licitação, conforme **CONVITE N.º 11/2018**, originado do processo administrativo n.º 3182/2018, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 – CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E PEQUENOS REPAROS DE REDE ELÉTRICA, PARA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS, conforme especificações constantes no anexo I do edital, que é parte integrante e indissociável deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DOTACÃO.

2.1 – O valor do presente contrato é de **RS\$.....**, conforme proposta apresentada.

2.2 – A despesa com o objeto especificado no item 1 onerará a seguinte dotação vigente do exercício de 2018:

- Nota de Reserva Orçamentária n.º 4837, Ficha n.º 263, Unidade: 021500 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO, Funcional: 04.122.0003.0048.0000 MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL, Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, Código de Aplicação: 110 000, Fonte de Recurso: 0 0100.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

3.1 – O pagamento será efetuado mensalmente, em até 28 (vinte e oito) dias, após emissão de nota fiscal/documento equivalente, que deverá conter o número da licitação, bem como estar acompanhada dos comprovantes de todas as suas obrigações tributárias e encargos trabalhistas e sociais, sendo que se cabível serão retidos os valores correspondentes à quitação da Seguridade Social (I.N.S.S.).

CLÁUSULA QUARTA – DA RECOMPOSIÇÃO E REAJUSTE DE PREÇOS.

4.1 – Não haverá recomposição e reajuste de preços (que poderá ocorrer a cada período de 12 (doze) meses), exceto para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que devidamente comprovado e aceito pela outra parte.

4.2 – O contrato poderá ser reajustado após 12 (doze) meses, sendo o marco inicial para o cômputo de reajuste a data base da Proposta, utilizando como parâmetro o índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, caso não haja outro específico.

4.3 – Se o índice estabelecido para reajustamento vier a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.4 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

4.5 – Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços, bem

como referente ao valor remanescente, sempre que este ocorrer.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.1 – O prazo de vigência contratual e da prestação dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, desde que acordado pelas partes.

5.2 – Os serviços deverão ser prestados conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

6.1 – A Fiscalização da execução do presente Contrato ficará a cargo da Coordenadoria Municipal de Obras e Serviços, que deverá ter amplo acesso aos serviços e aos documentos referentes ao contrato, mantendo o número de fiscais que julgar necessário.

6.2 – A Contratante descontará do correspondente pagamento, com base nos preços constantes na proposta apresentada, o valor de qualquer serviço considerado em desacordo com o previsto nas Especificações Técnicas.

6.3 – A fiscalização dos serviços pela Contratante não exonera nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

6.4 – O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente, para verificar se está de acordo com o exigido no edital, e em caso negativo, a contratada deverá efetuar as devidas correções imediatamente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES.

7.1 – São Obrigações da Contratada:

a) – Cumprir todo o disposto no edital;

b) – Responder civil e administrativamente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venha diretamente ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados ao Município de Cedral, a terceiros, bem como ao Patrimônio Público;

c) – Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes do cumprimento do Contrato, bem como, o Município se isenta de qualquer vínculo empregatício; e

d) – manter durante a vigência do contrato, todas as condições exigidas no edital.

7.1.2 – A qualidade dos serviços será de inteira responsabilidade da contratada.

7.2 – Do Município

a) – Prestar todos os esclarecimentos necessários para a Execução do objeto do contrato;

b) – Promover a fiscalização do produto;

d) – Promover o pagamento na época oportuna conforme avençado no presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO.

8.1 – A inexecução do contrato configura-se de forma total ou parcial. Assim, quaisquer dos motivos constante no artigo 78 da lei 8.666/93, podem ensejar a rescisão do contrato, devendo observar o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA NONA – DA CLÁUSULA PENAL.

9.1 – Sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:

9.1.1 – **Multa de até 20%** (vinte por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência total ou parcial do Contrato;

9.1.2 – **Suspensão do direito de licitar** e de contratar com o Município pelo prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria municipalidade;

e,

9.1.3 – **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar com o Município em função da natureza e gravidade da falta cometida ou em caso de reincidência.

9.2 – As multas previstas nesta Cláusula não têm caráter compensatório, porém, moratório, e conseqüentemente o pagamento delas não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível

venha acarretar à Contratante.

9.3 – As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.

9.4 – Os valores básicos das multas notificadas pela Contratante serão descontados através documentos emitidos pela municipalidade.

9.5 – Enquanto a Contratada não cumprir as condições contratuais estabelecidas, a Contratante reterá seus pagamentos e garantias contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

10.1 – O presente contrato reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL.

11.1 – O presente contrato vincula-se ao edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO.

12.1 – Elegem as partes, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, não resolvidas administrativamente, o foro da Cidade e Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, com exceção de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.2 – Estando as partes, assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, com único efeito, na presença das 02(duas) testemunhas abaixo identificadas.

Prefeitura Municipal de Cedral, de..... de 2018; 88.º Ano de Emancipação Político-Administrativa.

**MUNICÍPIO DE CEDRAL
PAULO RICARDO BEOLCHI DE LUCAS
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:
R.G. nº:

NOME:
R.G. nº: